



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23565-200, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica, de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal, além das atividades de selos de rastreamento de controle fiscal.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31/12/2016, em moeda corrente nacional (R\$), utilizando 02 (duas) casas decimais, seguindo as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, conforme nota explicativa de principais práticas contábeis.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.4 - Provisão para Perdas Estimadas no Crédito de Liquidação Duvidosa
- Nota 8.2 – Provisão para Passivos Contingentes

O Conselho de Administração da Empresa, em reunião realizada em 10 de março de 2017, autorizou a divulgação destas Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Os Bens, Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

b) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31/12/2016 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.

c) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição. O valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual.

d) Os Investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

- e) O Imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), o método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica dos bens, revisando anualmente a vida útil dos bens.
- f) O Contas a Receber é contabilizado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida sendo deduzidas as perdas por crédito de liquidação duvidosa. A perda é reconhecida no resultado como despesa administrativa.
- g) A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial programa SICOBE/SCORPIOS administrado pela Receita Federal do Brasil.
- h) Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- i) O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment). É composto por Softwares, sendo o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007.
- j) A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.
- k) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda, alíquota de 15% e adicional de 10% e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, alíquota de 9%, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Nos termos da Resolução nº 4.034, do Banco Central do Brasil, que comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extra Mercado Comum IRFM.

	VALORES (EM R\$)	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2016	31/12/2015
BANCO DO BRASIL	458.089.424,19	460.411.158,62
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	56.262.903,82	-
TOTAL	514.352.328,01	460.411.158,62

RECEITA FINANCEIRA	31/12/2016	31/12/2015
RENDIMENTOS AUFERIDOS	65.741.699,54	40.004.194,28
TOTAL	65.741.699,54	40.004.194,28



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

4.2– CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Departamento de Polícia Federal	26.553.605,79	47.015.079,99
Programa Sicobe - Envasadoras	28.706.701,37	29.215.522,25
UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM	8.242.431,01	19.383.310,82
Ministério das Relações Exteriores	0,00	4.217.769,02
Gold Credit Banco de Bullion	2.266.140,00	2.266.140,00
Banco Central da Venezuela	1.136.199,59	1.358.557,87
Outros	571.498,96	2.094.295,23
TOTAL	67.476.576,72	105.550.675,18

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2016, sendo as variações mais relevantes em comparação ao exercício de 2015 os saldos a receber do Departamento de Polícia Federal apresentando queda no montante de R\$ 20.461.474,20 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) e da UTE – União Transitória de Empresas – CMB/SECM apresentando queda no montante de R\$ 11.140.879,81 (onze milhões, cento e quarenta mil, oitocentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos), em função de valores recebidos no decorrer do exercício de 2016.

Para os Clientes Comerciais – foi constituída a Provisão para Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 9.349.763,90 (nove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa centavos), provenientes de transações operacionais normais de vendas ou serviços prestados em aberto até 31/12/2016, sendo revertida em 2016 a parcela de R\$ 7.119.053,53 (sete milhões, cento e dezenove mil, cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos).

4.2.1 – UNIÃO TRANSITÓRIA DE EMPRESAS – UTE

A Casa da Moeda do Brasil e a Sociedad Del Estado de la Casa de la Moneda – SECM, da Argentina formaram uma União Transitória de Empresas – UTE, na Argentina, com o intuito de, exclusivamente, fornecer cédulas ao Cliente Banco Central de la Republica Argentina – BCRA.

Na UTE, as empresas associadas não representam uma nova personalidade jurídica, conforme preceituado pelo artigo 377 da Lei n.º 19.550 (Lei de Sociedades Comerciais da República Argentina – LSC). Tal forma de união possui natureza jurídica de contrato empresarial plurilateral associativo, não societário.

Sendo assim, no sentido do enquadramento da UTE, em análise de direito comparado, esta se assemelha ao instituto do consórcio de empresas da lei de sociedades anônimas do ordenamento jurídico brasileiro.

O quadro a seguir apresenta o saldo das notas fiscais em aberto atualizados conforme o índice de atualização cambial em 31/12/2016 pelo site do Banco Central do Brasil.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

VALORES A RECEBER - UTE (31/12/2016)

NOTA FISCAL	NÚMERO INVOICE	DATA INVOICE	EMISSÃO NF	FATURAMENTO US\$	PAGAMENTO US\$	SALDO US\$	SALDO R\$
1146	51/2011 - AR	07/11/2011	29/11/2011	\$2.123.782,08	\$1.859.590,08	\$264.192,00	R\$ 860.869,63
1484	06/2012 - AR	04/06/2012	05/06/2012	\$3.635.044,80	\$3.280.388,80	\$354.656,00	R\$ 1.155.646,58
2720	06/2013 - AR	12/12/2013	12/12/2013	\$808.473,60	\$0,00	\$808.473,60	R\$ 2.634.411,23
2850	07/2014 - AR	11/07/2014	10/12/2014	\$3.340.800,00	\$2.998.320,00	\$342.480,00	R\$ 1.115.971,08
TOTAL				\$9.908.100,48	\$8.138.298,88	\$1.769.801,60	R\$ 5.766.898,51

VALORES A RECEBER - SECM (31/12/2016)

NOTA FISCAL	NÚMERO INVOICE	DATA INVOICE	EMISSÃO NF	FATURAMENTO US\$	PAGAMENTO US\$	SALDO US\$	SALDO R\$
2760	05/2014 - AR	08/05/2014	20/05/2014	\$40.000,00	\$0,00	\$40.000,00	R\$ 130.340,00
3320	07/2016 - AR	18/11/2016	21/11/2016	\$719.715,36	\$0,00	\$719.715,36	R\$ 2.345.192,50
TOTAL				\$759.715,36	\$0,00	\$759.715,36	R\$ 2.475.532,50

A UTE/SECM saldou junto à CMB durante o exercício 2016 o montante de R\$ 12.097.737,73 (doze milhões, noventa e sete mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos).

Os valores a receber referentes ao Banco Central da Venezuela são provenientes de multas aplicadas pelo cliente contestadas pela CMB.

No exercício de 2016 a CMB reconheceu Variação Cambial referente a atualização dos saldos a receber da UTE – CMB/SECM e do Banco Central da Venezuela e diante da incerteza de recebimento reconheceu também Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD nos montantes de R\$ 5.897.238,51 (cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) e R\$ 1.136.199,59 (um milhão, cento e trinta e seis mil, cento e noventa e nove reais e cinquenta e nove centavos) respectivamente.

4.3 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR

A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada na leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial programa SICOBE/SCORPIOS administrado pela Receita Federal do Brasil e seus respectivos custos são contabilizados conforme os percentuais pactuados em contrato com a prestadora de serviços.

4.3.1 –SERVIÇOS A FATURAR

SERVIÇOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
SICOBE	398.844.537,59	300.156.351,06
SCORPIOS	38.281.205,90	31.544.657,95
TOTAL	437.125.743,49	331.701.009,01

CUSTO DO SERVIÇO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
SICOBE	380.187.349,90	190.674.322,01
SCORPIOS	28.030.373,96	16.168.403,70
TOTAL	408.217.723,86	206.842.725,71



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

4.3.1 – Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 e 4811.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu a ajuste nos códigos de DARF 4805 e 4811 para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Desse modo, conforme Ofício 03/2017 SUPOF/STN/MF-DF, de 19/01/2017, consta como retenção DRU (30%), após o 3º decêndio de dezembro/2016, o valor de R\$ 469.441.264,88 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), o que se traduz no não recebimento das contagens do Programa SICOBE/SCORPIOS nos meses de agosto a dezembro de 2016.

Ato contínuo houve o Parecer PGFN/CAF/1837/2016, 12 de dezembro de 2016, da Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN, por meio da Coordenação Geral de Assuntos Financeiros, em seu item 15 ressalta que mesmo em face da desvinculação, há a necessidade de que a CMB seja ressarcida pelos gastos que houver incorrido, realizando atividade que subsidia a União no exercício do poder de polícia.

4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 7.843.816,48 (sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, oitocentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	7.834.816,48	8.040.447,43
TOTAL	7.834.816,48	8.040.447,43



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
IPI A COMPENSAR	10.439.485,04	10.619.970,86
ICMS A COMPENSAR	10.417.231,34	7.328.982,27
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	106.359.568,52	88.044.986,58
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras	3.787.578,48	1.139.542,74
IRRF A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	2.290.124,14	1.907.497,11
OUTROS TRIBUTOS	17.106.695,57	170.125,42
TOTAL	150.400.683,09	109.211.104,98

Os valores de R\$ 10.439.485,04 (dez milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos), R\$ 10.417.231,34 (dez milhões, quatrocentos e dezessete mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos), referem-se a créditos tributários provenientes de aquisição de insumos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social a Recuperar no valor de R\$ 106.359.568,52 (cento e seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) são créditos tributários acumulados e corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de saldos credores de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais. O valor de R\$ 3.787.578,48 (três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e oito centavos) refere-se ao saldo de IRRF incidentes no ganho de aplicações financeiras. O saldo de R\$ 2.290.124,14 (dois milhões, duzentos e noventa mil, cento e vinte e quatro reais e quatorze centavos) é proveniente de retenções por parte de órgãos públicos na ocasião da liquidação de nossas notas fiscais de faturamento.

A variação na conta outros tributos composta por COFINS/PIS/PASEP, entre outros, justifica-se pela mudança de critério adotada na implantação do SIGACTB, onde o fato gerador para o crédito do imposto é a entrada da Nota Fiscal de aquisição de insumos para produção, sendo que anteriormente por impossibilidade do SIAFI, os créditos de imposto de aquisição de insumos eram tomados diretamente na Base de Apuração mensal dos referidos impostos.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
PESSOAL CEDIDO	2.552.853,79	2.648.511,54
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.295.996,92	1.259.347,98
VALORES A RECEBER DE EMPREGADOS AFASTADOS	204.536,87	160.455,88
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	94.547,73	33.383,00
TOTAL	4.147.935,31	4.101.698,40

4.6.1 – CRÉDITO PESSOAL CEDIDO

O saldo da Conta de Crédito Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados desta empresa, cedidos aos



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram à CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878/1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH, de 09/07/2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

VALORES (EM R\$)

CRÉDITO PESSOAL CEDIDO	31/12/2016	PERCENTUAL
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	919.908,60	36,68%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	455.563,70	17,59%
Inst Federal de Educ. Ciência e Tec. do Rio de Janeiro	407.719,22	15,74%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	223.859,46	8,64%
Coordenação Geral de Gestão de Recursos Humanos - MTE	179.340,68	6,92%
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - MPOG	154.079,43	5,95%
Universidade Federal Fluminense	64.321,61	2,48%
Universidade Federal de São João del-Rei - Pro-Reitoria	44.413,47	1,98%
Fundação IBGE - Administração Central/ RJ	35.806,27	1,38%
Cifrão Fundação de Previdência da Casa da Moeda	31.417,74	1,21%
Prefeitura do Rio de Janeiro	24.149,44	0,93%
Defensoria Pública da União	12.274,17	0,47%
TOTAL	2.552.853,79	100,00%

4.6.2 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES

O saldo desta rubrica refere-se a depósitos de garantias contratuais exigidas por nossos clientes.

4.7 – ESTOQUES

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. A variação na rubrica de Matéria Prima é explicada basicamente pela redução de aquisição de matéria-prima. O valor de estoque consumido no exercício de 2016 reconhecido como custo de produto foi de R\$ 248.882.085,65 (duzentos e quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

A variação na conta de Produtos em Processo deve-se ao planejamento das fábricas da CMB ensejando chegar ao fim do exercício com o menor número possíveis de Ordens de Produção em aberto, visto a implantação integral do Bloco K, do SPED FISCAL.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Produtos Acabados	57.470.715,10	52.578.710,65
Produtos em Processo	8.414.795,88	55.113.958,35
Matéria-Prima	90.843.152,01	98.420.403,08
Almoxarifado	16.402.006,45	18.368.428,87
Importações em Andamento	0,00	0,00
TOTAL	173.130.669,44	224.481.500,95

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 829.657,89 (oitocentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos) são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

DESPESAS ANTECIPADAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios de Seguro a Apropriar	829.657,89	224.238,26
TOTAL	829.657,89	224.238,26

Esta variação decorre da contratação de seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB.

4.8.1 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da CMB estão assegurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

MODALIDADE	RAMO	VALORES EM RISCO (EM R\$)	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (EM R\$)
Imobilizado/Estoque	Incêndio/Raio/Explosão	959.498.500,00	655.000.000,00
Imobilizado	Danos Elétricos	50.000.000,00	50.000.000,00
Operações Parque Industrial	Vazamento de Sprinkl	40.000.000,00	40.000.000,00
TOTAL		1.049.498.500,00	745.000.000,00

O seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB tem um limite máximo de indenização de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	VALORES (EM R\$)	
CLIENTES A LONGO PRAZO	31/12/2016	31/12/2015
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.111.676,16	1.111.676,16
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	504.718,33	504.718,33
Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - MRE	489.059,20	489.059,20
Coordenação Geral de Logística - Ministério da Justiça	450.450,00	450.450,00
Departamento da Polícia Federal	70.509,92	70.509,92
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	31.415,42	31.415,42
Conselho Federal de Contabilidade	1.023,00	1.023,00
TOTAL	2.658.852,03	2.658.852,03

A recuperação dos valores devidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, decorrente de alteração de legislação tributária durante vigência contratual, o que ensejou divergência com o cliente, os valores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e MRE são referentes a multas contratuais aplicadas com discordância da CMB, se dará mediante procedimentos administrativos de conciliação e arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.

5.2 – SERVIÇOS E CUSTOS EXECUTADOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)
SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS	
CLIENTES	31/12/2016
Sicobe (2009 a 2016)	171.792.530,43
Scorpions (2008 a 2016)	10.911.833,52
Total	182.704.363,95

	VALORES EM R\$
CUSTOS EXECUTADOS VENCIDOS SOBRE SERVIÇOS	
CLIENTES	31/12/2016
Sicobe (2009 a 2016)	62.189.023,29
Scorpions (2008 a 2016)	2.394.888,79
Total	64.583.912,08

5.2.1 – Os saldos são remanescentes de valores a receber e custos proporcionais, por serviços executados referente ao programa de leitura e controle de Selos de Rastreamento de Bebidas (SICOBE) e nos Serviços de Selos de Rastreamento de Cigarros (SCORPIOS), realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº10.833/2003 e 11.488/2007.

Com base na Instrução Normativa nº 1.390/2013 que altera a Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB, o não pagamento dos serviços executados, por três meses consecutivos ou alternados, deve ser comunicado à Delegacia da SRFB para que o envasador seja colocado na condição de anormalidade. Nessa condição, os envasadores ficam sem os serviços



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

de manutenção preventiva e/ou corretiva dos equipamentos de controle/contagem, até que sanem o débito. A CMB tem enviado as comunicações aos Delegados da SRFB.

5.3 – EFEITO CREDOR NO RESULTADO DE AJUSTE DO PROGRAMA SICOBE E SCORPIOS

O efeito credor de R\$ 7.066.690,35 (sete milhões, sessenta e seis mil, seiscentos e noventa reais e trinta e cinco centavos) deu-se em função do ajuste dos valores a receber e seus respectivos custos do programa SICOBE e SCORPIOS de fabricantes de bebidas e cigarros em atraso, que trazidos a valores de 2016 e comparados à posição de 2015, demonstram, conforme quadro abaixo:

VALORES (EM R\$)			
PROGRAMA SICOBE	31/12/2016	31/12/2015	Efeito
Contas a Receber	171.792.530,43	132.181.665,81	39.610.864,62
Constituição/Reversão - PCLD	73.895.602,77	22.645.879,01	51.249.723,76
AJUSTE DEVEDOR NO RESULTADO DE 2016			(11.638.859,14)
Custos a Pagar - SICPA	109.131.204,95	83.968.403,20	25.162.801,75
Expurgo efeito - PCLD	46.942.181,66	0,00	46.942.181,66
AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2016			21.779.379,91
AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2016 - PROGRAMA SICOBE			10.140.520,77

VALORES (EM R\$)			
PROGRAMA SCORPIOS	31/12/2016	31/12/2015	Efeito
Contas a Receber	10.911.833,52	9.486.888,82	1.424.944,70
Constituição/Reversão - PCLD	7.141.839,36	175.675,85	6.966.163,51
AJUSTE DEVEDOR NO RESULTADO DE 2016			(5.541.218,81)
Custos a Pagar - SICPA	6.931.742,24	4.862.277,18	2.069.465,06
Expurgo efeito - PCLD	4.536.853,45	0,00	4.536.853,45
AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2016			2.467.388,39
AJUSTE CREDOR NO RESULTADO DE 2016 - PROGRAMA SCORPIOS			(3.073.830,42)

EFEITO CREDOR NO RESULTADO - PROGRAMAS SICOBE E SCORPIOS	7.066.690,35
---	---------------------

5.4 – PROVISÃO PARA PERDAS ESTIMADAS NO CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Perdas Estimadas no Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram constituídas conforme disposições disciplinadas na Lei nº 13.097/2015, de 19/01/2015 (conversão da Medida Provisória nº 656, de 07/10/2014) e suas alterações.

Nessas condições, naquilo que se reporta às pendências de "créditos a receber" relativas ao SICOBE, SCORPIOS, Clientes Governamentais, Clientes Internacionais, outros Clientes, bem como após os posicionamentos das áreas Comercial e Jurídica da Casa do Moeda do Brasil – CMB, acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), observou os seguintes critérios:

1) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes e envasadores com valores iguais ou inferiores a R\$1.000,00 (um mil reais), na data de 31/12/2016;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

2) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes e envasadores com valores em aberto a mais de cinco anos, com date base anterior a 31/12/2011.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

Em decorrência dos dois critérios adotados foram constituídas PECLD de Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber – Envasadores na rubrica Serviços Executados a Faturar do SICOBE e SCORPIOS, no montante de R\$ 81.037.442,13 (oitenta e um milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e treze centavos), referente ao saldo dos serviços executados a faturar registrados pelo relatório de acompanhamento de produção, vencidos de 2008 a 2016, menos o correspondente custo apropriado.

Abaixo segue a composição de clientes inadimplentes e de duplicatas a receber de Envasadores:

VALORES (EM R\$)		
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	PRODUTO	31/12/2016
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRFB 769/2007	SCORPIOS	10.911.833,52
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRFB 869/2008	SICOBE RESSARCIMENTO	94.860.192,67
LEI 12.995/2014	SICOBE/SCORPIOS TAXA	76.932.337,76
SUBTOTAL		182.704.363,95
INSTRUÇÃO NORMATIVA SRFB 1.390/2013	SICOBE ENVASADOR	28.706.701,37
TOTAL		211.411.065,32

5.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

VALORES (EM R\$)		
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	31/12/2016	31/12/2015
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	175.879.235,70	161.063.674,62
COFINS A COMPENSAR - Insumos	491.175.322,33	491.175.322,33
PASEP A COMPENSAR - Insumos	106.705.646,43	106.705.646,43
COFINS A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	77.617.583,23	77.617.583,23
PASEP A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	16.816.969,82	16.816.969,82
TOTAL	868.194.757,51	853.379.196,43

O valor de R\$ 175.879.235,70 (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar, são créditos tributários acumulados provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. Os saldos credores de R\$ 491.175.322,33 (quatrocentos e noventa e um milhões, cento e setenta e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e trinta e três centavos) e R\$ 106.705.646,43 (cento e seis milhões, setecentos e cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e três centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar – Insumos são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços, utilizados na fabricação de produtos/serviços, com exclusividade conforme legislação vigente.

Os saldos credores de R\$ 77.617.583,23 (setenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos) e R\$ 16.816.969,82 (dezesesseis milhões,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

oitocentos e dezesseis mil, novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) apurados sobre Cofins e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, Departamento da Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

5.6 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

Até o exercício de 2014, a Casa da Moeda do Brasil reconhecia e divulgava as suas contingências ativas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Porém, em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, revisitou todos os valores a receber objetos de ações judiciais, suas rotinas e controles para somente reconhecer créditos sub judice, no ativo da CMB, após o trânsito em julgado, conforme Ofício Circular SEP SNC 02/2011, da CVM, em consonância com as boas práticas de governança aplicáveis.

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificados como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, conforme quadro a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016

VALORES (EM R\$)

PROCESSOS JUDICIAIS – PRATICAMENTE CERTOS	31/12/2016	31/12/2015
ACOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	11.039.609,00	11.039.609,00
DEPTO. DE TRANSITO DO RIO DE JANEIRO	5.008.025,74	5.008.025,74
SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA	349.533,12	0,00
APOIO ENGENHARIA E COMUNICACAO	326.772,93	326.772,93
TRIB DE JUSTICA DE SANTA CATARINA	230.024,92	230.024,92
TETRA CAIXA INDUSTRIA E COMERCIO	103.981,00	103.981,00
RDFB&SAVOYA INVEST. E PARTICIPACOES LTDA	97.500,00	97.500,00
CASA DO MENOR TRABALHADOR	69.183,14	0,00
ECO-BRASIL TECNOLOG. MEIO AMBIENTE REC.	59.826,68	59.826,68
HEART LINE METALURGIA E TECNOLOGIA.	27.187,09	27.187,09
INSTIT. BRAS. IMAGEM E COMUNICAC. E ACAA	25.000,00	0,00
PAC PRO APOIO COMUNITARIO	25.000,00	0,00
POLO DE EDUC.GERAL ACOES SOLID. Z.OESTE	25.000,00	0,00
ASSOC. UNIDOS PELA CORRENTE DO BEM	25.000,00	0,00
CENTRO COMUNITARIO CRISTO VIVE	25.000,00	0,00
MULTY MAKER COMERCIO E REPRESENTACOES	24.587,41	24.587,41
ADAUTO LEITAO DE ARAUJO JUNIOR	23.320,00	23.320,00
UEI ! TELECOMUNICACOES LTDA.	20.596,87	20.596,87
CENTRO TECNOLOG. DE RESIDUOS LTDA.	18.563,35	18.563,35
BARRA STEEL COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA	16.274,60	0,00
EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES.	16.000,00	16.000,00
HEBER SEVERIANO	13.754,39	0,00
RIOMIDIA INFORMATICA LTDA.	10.524,28	10.524,28
EQUIPE DA PAZ	8.433,40	0,00
HEBER MANOEL DA SILVA	7.048,58	0,00
RENATO BEZERRA VANDERLEI	6.910,72	0,00
NOVITA LTDA - ME	6.629,85	0,00
PROGRAMA DE EDUCACAO E FORMACAO	5.817,40	0,00
LAH EVENTOS EIRELI - ME	5.238,10	0,00
COORD-GERAL ORC. FINANÇAS/SGA/AGU.	4.693,22	0,00
CONSTRUTORA SALES EIRELI	4.304,31	4.304,31
WELBORN INFORMAT. DO BRASIL LTDA.	3.534,61	35.334,61
P&K PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	2.890,00	0,00
LUIZ DA SILVEIRA COUTINHO.	2.781,99	0,00
MOKVA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	2.147,50	2.147,50
REIAGRO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	2.002,50	0,00
ASSOC. DOS NORDESTINOS DO BRASIL	1.605,03	0,00
CENTRO CULT.HARDY ALVES VIAGENS-CECAHAV	1.069,12	0,00
INSTIT. ESPORTE E SAUDE E CIDADANIA-IESC	1.029,19	0,00
BENEF. ESPORTIVA EDUCACIONAL EDNA FELIZ.	1.000,00	0,00
AÇÃO DE PREST DE CONTAS - CONTRATOS DE PATROCÍNIO	0,00	207.319,88
UNIÃO FEDERAL	0,00	4.634,20
DEPART. ESTADUAL DE TRANSITO DO ES.	0,00	433.219,25
MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO	0,00	191.623,79
AÇÕES INDENIZATÓRIAS	0,00	48.432,69
TOTAL	17.647.400,04	17.933.535,50



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

VALORES (EM R\$)

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - PROVÁVEIS	31/12/2016	31/12/2015
PROCESSOS JUDICIAIS	306.118.590,77	293.570.763,74
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	565.561.670,12	630.935.205,27
TOTAL	871.680.260,89	924.505.969,01

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a CMB passa a divulgar os processos judiciais/administrativos que foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo não provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme especificado no quadro a seguir:

VALORES (EM R\$)

PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - NÃO PROVÁVEL	31/12/2016	31/12/2015
PROCESSOS JUDICIAIS	20.994.714,60	5.288.066,61
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	333.750.766,08	242.600.185,10
TOTAL	354.745.480,68	247.888.251,71

Os processos administrativos são originados de pedido de repetição de indébito tributário - ISS referente ao SICOBE e SCORPIOS, além de impugnação ao auto de infração lavrado pela RFB, referente à indeferimento de pedido de ressarcimento, conseqüente multa, relativo ao PIS/COFINS no período de 2008 a 2011.

5.7 – DEPÓSITOS JUDICIAL E RECURSAL

Os valores dos recursos impetrados pela Casa da Moeda do Brasil foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31/12/2016.

VALORES (EM R\$)

CRÉDITOS	31/12/2016	31/12/2015
Judicial	14.644.382,95	11.889.145,40
Recursal (atualizado SELIC)	7.369.702,96	5.284.102,11
TOTAL	22.014.085,91	17.173.247,51



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

5.8– INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
BETA SA	11.284,47	11.284,47
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
COPENE (BRASKEN SA)	0,00	77.908,42
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
FACEPA	99.313,93	99.313,93
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
TOTAL	569.139,92	647.048,34

Representam Investimentos em ações oriundos de créditos relacionados a incentivos fiscais provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão em atendimento ao Decreto no. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

PROVISÃO PARA PERDAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	26.378,82	109.795,40
TOTAL	26.378,82	109.795,40

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários nos valores de R\$ 26.378,82 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta e dois centavos) e R\$ 109.795,40 (cento e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos) foram constituídas nos exercícios de 2016 e 2015, respectivamente, para ajustar os valores desses Investimentos a valor de mercado.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

5.9 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

VALORES (EM R\$)		
CRÉDITOS	31/12/2016	31/12/2015
Notas do Tesouro Nacional	1.782.106,92	1.648.241,30
TOTAL	1.782.106,92	1.648.241,30

VALORES (EM R\$)			
NOTAS DO TESOURO NACIONAL			
DATA BASE	VENCIMENTO	31/12/2016	31/12/2015
01/01/2004	01/01/2020	1.540,93	1.425,17
01/01/2006	01/01/2021	309.934,63	286.653,43
01/01/2014	01/01/2030	1.470.631,36	1.360.162,70
TOTAL		1.782.106,92	1.648.241,30

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto nº 3.859 de 04 de Julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das notas do tesouro nacional – NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

Representam Certificados de Investimento – CI – provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto no. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

VALORES (EM R\$)		
CERTICADO DE INVESTIMENTO	31/12/2016	31/12/2015
FINOR	459.504,93	459.504,93
FINAM	1.210.401,66	1.210.401,66
PROVISÃO PARA PERDA	(1.668.343,98)	(1.668.729,98)
TOTAL	1.562,61	1.176,61

O ajuste ao valor de mercado implicou em Provisão para perdas de R\$ 1.668.343,98 (um milhão, seiscentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta e três reais e noventa e oito centavos).

6.2 – IMOBILIZADO

6.2.1 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB não adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para controle e contabilização dos bens patrimoniais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação Acumulada, Amortização Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação de venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

6.2.1.1 - As classes do Ativo Imobilizado foram avaliadas conforme a seguir:

ITENS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
BENS E VALORES CORRIGIDOS	1.437.907.317,21	1.381.445.956,21
Edifícios	116.171.575,89	96.822.179,62
Terrenos	3.883.737,89	3.883.737,89
Outros	0,00	22.280,00
Salas e Escritórios	0,00	9.944.004,63
Instalações	139.482.836,84	137.797.964,12
Coleções e Materiais Bibliográficos	227.181,37	227.181,37
Discotecas e Fimotecas	301.408,64	301.408,64
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	1.118.331.715,08	1.073.349.859,07
Equipamentos e Processamento de Dados	30.734.774,90	30.268.676,37
Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	185.094,91	185.094,91
Mobiliário em Geral	24.263.397,24	22.762.874,15
Material de Uso Duradouro	0,00	1.555.100,99
Obras de Artes e Peças para Museu	490.966,90	490.966,90
Veículos Diversos	2.474.898,10	2.474.898,10
Projetos e Softwares	1.359.729,45	1.359.729,45
(-) DEPRECIÇÃO	(701.064.073,07)	(631.134.598,85)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	(900.095,09)	(900.095,09)
IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO	20.471.372,87	23.480.685,73
Obras em Andamento	10.963.856,65	20.801.016,76
Bens Móveis em Almoxarifado	9.507.516,22	2.679.668,97
IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO	537.401,22	40.705.794,00
TOTAL	756.951.923,14	813.597.742,00

a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento; e

b) o método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica sendo aplicada a média da estimativa de vida útil dos bens utilizada em 2015, por grupo de ativos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

6.2.1.2 - O valor contábil bruto e a Depreciação Acumulada de vida útil econômica no início e no final do período são:

COMPOSIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	813.597.742,00	846.730.189,34
Aquisições Exercício	13.283.655,36	30.214.231,60
Baixas Imobilizado	0,00	(2.189.148,62)
Depreciação	(69.929.474,22)	(60.756.281,50)
Redução ao Valor Recuperável do Ativo	0,00	(401.248,82)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	756.951.923,14	813.597.742,00

6.2.1.3 - A CMB não concluiu em tempo hábil a licitação para contratação de empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment dos bens do Ativo Imobilizado/Intangível, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1), bem como o cálculo da depreciação econômica baseada na estimativa de vida útil dos bens. Sendo assim, ficou prejudicado o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment do exercício de 2016, exigidos pela legislação societária.

As aquisições referentes ao exercício 2016 somam R\$ 13.283.655,36 (treze milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) distribuídos em diversas contas patrimoniais.

Desse montante, R\$ 8.180.892,84 (oito milhões, cento e oitenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) foram ativados no decorrer do exercício, gerando um impacto de depreciação na ordem de R\$ 741.930,57 (setecentos e quarenta e um mil, novecentos e trinta reais e cinquenta e sete centavos).

O valor de R\$ 5.102.762,52, (cinco milhões, cento e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), corresponde as aquisições de microcomputadores iniciadas em dezembro de 2016..

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALORES (EM R\$)	
		VALOR AQUISIÇÃO	IMPACTO DEPRECIACÃO
MOVEIS E UTENSILIOS	360	1.346.582,78	129.393,22
MAQUINAS MOTORES E EQUIP. INDU	24	3.142.418,61	269.215,02
INSTALACÕES SANTA CRUZ	41	970.028,81	97.885,60
EDIFICIOS SANTA CRUZ	1	1.629.675,56	62.957,71
BENS SUJEITO A AFERICÃO	5	3.603,00	355,28
COMPUTADORES E PERIFERICOS	2	3.200,00	326,26
COMPUTADOR/NOTEBOOK	1	5.177,55	713,92
IMPRESSORA P/MICROCOMPUTADOR	1	3.123,75	408,75
EQUIPAMENTOS PARA REDE DE MICR	8	451.151,03	61.819,74
DIREITO DE USO DE SISTEMA	3	625.931,75	118.855,07
TOTAL	446	8.180.892,84	741.930,57

Acrescem ainda as circunstâncias, os seguintes fatos favoráveis à CMB:

Os bens são novos, com aproximadamente 40% desse valor internado em dezembro/2016;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Finalmente considerando que, os bens até o exercício de 2015, estão com a vida útil avaliada, e, combinado com os fatos anteriormente descritos, a Administração da empresa entende ser possível e não prejudicial à empresa realizar o teste de impairment, nos bens adquiridos em 2016, no início do exercício seguinte, ou seja, em 2017, ocasião em que a CMB dará continuidade ao certame licitatório, objeto do processo CMB 18750.001500/2015, para contratação de empresa especializada para realizar o inventário geral dos bens patrimoniais, conjugado com o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment.

6.2.1.4 - O valor total no exercício de 2016 da depreciação é de R\$ 69.929.474,22 (sessenta e nove milhões, novecentos e vinte nove mil, quatrocentos e setenta quatro reais e vinte dois centavos) e amortização é de R\$ 4.810.758,56 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e cinquenta oito reais e cinquenta seis centavos), apurados pelos métodos de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007 até dezembro/2015, e aplicada a taxa fiscal na depreciação/amortização nos bens adquiridos no Exercício de 2016, totalizando o valor de R\$ 74.740.232,78 (setenta e quatro milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e trinta dois reais e setenta oito centavos), dividida da seguinte forma:

- a) Depreciação/amortização fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 58.596.570,76 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e noventa seis mil, quinhentos e setenta reais e setenta seis centavos);
- b) Depreciação/amortização administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 16.143.662,02 (dezesseis milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e setenta e dois centavos).

6.2.1.5 - O trabalho de análise dos bens do Ativo Imobilizado foi elaborado para atendimento à Lei nº 11.638/2007 e adequação às novas Normas Contábeis emanadas dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis - CPC. Nesta ação, foi apurado o Valor Atual Patrimonial em Uso, assim como calculada e determinada à depreciação fiscal para os bens adquiridos no exercício de 2016.

6.2.1.6 - Efeito no resultado do exercício oriundo das mudanças nos valores das depreciações.

Com o advento da Lei nº 11.638/2007 não foram mais aplicadas as taxas de depreciação fiscal no país, conforme determinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB. A Legislação em vigor iniciou uma nova modalidade de se apurar a depreciação orientando a realizar uma análise criteriosa dos bens da empresa, estimar sua vida útil econômica e seu valor residual. A prática adotada pela RFB ficou restrita apenas para fins de apuração dos impostos, sendo utilizada prudentemente para o itens adquiridos no exercício de 2016, os valores de depreciação são controlados em registros auxiliares.

6.2.2 – IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO

A conta “Imobilizações em Andamento”, encerrou o exercício de 2016, com o saldo de R\$ 9.507.516,22 (nove milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte dois centavos), referente a realização do plano de atualização e ampliação de microcomputadores, para o parque industrial da Casa da Moeda do Brasil adquiridos através dos contratos nºs 258/, 259/2 e 261 de 2016, e, outros bens móveis. Esses valores serão transferidos para as contas do imobilizado técnico no exercício de 2017.

6.2.2.1 – OBRAS EM ANDAMENTO

Os valores dos ativos referentes contratos nº 232/2011 e nº 975/2011, no total de R\$ 10.877.323,65 (dez milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos), constantes na conta "Obras em Andamento", ainda não foram transferidos para conta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

“Edificação/Instalação”, em ambos os casos os pagamentos dos contratos estão sob análise do Departamento Jurídico, razão pela qual os fornecedores estão inadimplentes, quanto ao término da execução dos serviços. Os valores restantes referentes aos contratos nº 256/2014 e nº 196/2015, no total de R\$ 864.214,11 (oitocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e onze centavos), estão em fase de conclusão e serão transferidos para conta “Edificação/Instalação” no exercício de 2017.

Nº CONTRATO	FORNECEDOR	VALOR DO CONTRATO (EMR\$)	VALOR REALIZADO (EMR\$)	SALDO CONTRATUAL (EMR\$)
0232/2011	Naturesani Engenharia	2.828.723,84	2.240.056,92	588.666,92
0256/2014	MFNET Comércio e Serviço	102.108,00	83.108,00	19.000,00
0975/2011	Construtora Litorânea	8.048.599,81	8.048.599,81	0,00
0196/2015	MR do Brasil	762.106,11	592.091,92	170.014,19
TOTAL		11.741.537,76	10.963.856,65	777.681,11

6.2.3 – IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO

Ao longo do exercício de 2016 a CMB em acompanhamento das importações de equipamentos, validou a ativação de R\$ 40.464.931,03 (quarenta milhões, quatrocentos e sessenta quatro mil, novecentos e trinta e um reais e três centavos), restando ainda o valor de R\$ 537.401,22 (quinhentos e trinta sete mil, quatrocentos e um reais e vinte dois centavos).

Nº CONTRATO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALORES (EM R\$)
0275/2014	Equipamento de instabilidade dimensional	48.778,88
0288/2014	Forno à Vácuo para tratamento térmico	56.398,71
0223/2014	Ferramentas de perfuração completas	432.223,63
TOTAL		537.401,22

6.3 – ATIVO INTANGÍVEL

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual se define como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação de venda.

O valor total no exercício de 2016 de amortização é de R\$ 4.810.758,56 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e cinquenta oito reais e cinquenta seis centavos), apurados pelos métodos de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007 até dezembro/2015, e aplicada a taxa fiscal na depreciação/amortização nos bens adquiridos no Exercício de 2016.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Intangível:

COMPOSIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	39.765.213,01	39.191.869,01
Aquisição do Exercício	762.386,75	573.344,00
Amortização	(35.143.304,42)	(30.332.545,86)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	5.384.295,34	9.432.667,15



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

- a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;
- b) o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007 e depreciação fiscal referente às aquisições de 2016; e
- c) a vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

6.4 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)

A CMB não concluiu em tempo hábil a licitação para contratação de empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment dos bens do Ativo Imobilizado/Intangível, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1), bem como o cálculo da depreciação econômica baseada na estimativa de vida útil dos bens. Sendo assim, ficou prejudicado o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment do exercício de 2016, exigidos pela legislação societária.

É importante destacar elementos que podem ser considerados como fatores da desnecessidade, momentânea em 2016, de realização do teste de impairment, face à inexpressiva relevância de valores ínfimos dos últimos testes de impairment, realizados de 2012 a 2015, comparativamente ao montante do Imobilizado nesses exercícios, e ainda, frente à baixa realização de aquisições de Bens Patrimoniais no exercício 2016, sendo:

VALORES (EM R\$)		
PERÍODO	IMPAIRMENT	IMOBILIZADO TÉCNICO
2012	273.289,39	896.476.081,38
2013	144.351,68	889.320.956,41
2014	81.205,20	846.730.169,34
2015	401.248,82	813.597.742,00

As aquisições referentes ao exercício 2016 somam R\$ 13.283.655,36 (treze milhões, duzentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos) distribuídos em diversas contas patrimoniais.

Acrescem ainda as circunstâncias, os seguintes fatos favoráveis à CMB:

Os bens são novos, com aproximadamente 40% desse valor internado em dezembro/2016;

Para esses novos bens adquiridos ao final de 2016, não seria necessário o cálculo da depreciação econômica;

Observada a Lei 11.638, §3º inciso I, combinado com as regras do item 6 a 12 do CPC 01, verifica-se que o teste de impairment se aplicado nesses novos bens em 2016 seria negativo.

Finalmente considerando que, os bens até o exercício de 2015, estão com a vida útil avaliada, e, combinado com os fatos anteriormente descritos, a Administração da empresa entende ser possível e não prejudicial à empresa realizar o teste de impairment, nos bens adquiridos em 2016, no início do exercício seguinte, ou seja, em 2017, ocasião em que a CMB dará continuidade ao certame licitatório, objeto do processo CMB 18750.001500/2015, para contratação de empresa especializada



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

para realizar o inventário geral dos bens patrimoniais, conjugado com o cálculo da depreciação econômica e o teste de impairment.

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

7.1 – FORNECEDORES

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
NACIONAIS	36.149.102,36	20.855.001,65
ESTRANGEIROS	802.187,96	9.314.993,84
SICOB E SCORPIOS	0,00	314.690.025,98
TOTAL	36.951.290,32	344.860.021,47

Na rubrica de Fornecedores o valor referente aos serviços de contagem dos Selos Fiscais Inteligentes - SICOB E SCORPIOS foi reclassificado para conta Provisão para Custos e Serviços a Faturar no montante de R\$ 314.232.566,60 (Trezentos e quatorze milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos).

O aumento na variação de fornecedores nacionais é detalhado no quadro a seguir:

VARIÇÃO DE FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)
	31/12/2016
IC SUPPLY ENGENHARIA LTDA	1.720.598,80
DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA.	5.217.176,11
LTA RH INFORMATICA COMÉRCIO REPRESENTACOES LTDA	508.692,22
VIACAO CIDADE DO AÇO LTDA	1.653.775,90
GREENCARD SA REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.105.151,35
IMTEP - INST.DE MEDICINA E SEG. DO TRAB. DO EST.PR - LTDA	1.224.540,86
TECHNOPACK INDÚSTRIA COM E SER DE ROTULAGEM - LTDA	1.096.293,47
FEDRIGONI BRASIL PAPÉIS LTDA	1.226.289,24
PAN SEGUROS S.A	853.528,06
XL SEGUROS BRASIL S.A	746.000,00
TOTAL	16.352.046,01

7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 12.886.417,61 (doze milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e um centavos) corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

VALORES (EM R\$)		
EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2016	31/12/2015
PESSOAL A PAGAR	81.288,15	406.135,66
INSS A RECOLHER	9.308.246,95	8.713.520,30
FGTS A RECOLHER	3.373.413,69	3.184.512,19
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (SESI/SENAI)	123.468,82	696.681,28
TOTAL	12.886.417,61	13.000.849,43

7.2.1 – PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 46.136.341,01 (quarenta e seis milhões, cento e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e um reais e um centavo) foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

VALORES (EM R\$)		
PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para Férias	46.136.341,01	45.195.881,98
TOTAL	46.136.341,01	45.195.881,98

7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

Em 2016 com impacto da ADE RFB 75/2016, que suspende a obrigatoriedade do SICOBE a partir de 13/12/2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, decorrentes do Negócio “Selos de Rastreabilidade SICOBE” em 2017, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 (Selos de Controle Fiscal Impressos) e 4811 (Selos de Rastreabilidade, SCORPIOS e SICOBE), o que terá efeitos relevantes no fluxo de caixa da CMB para o próximo exercício. Neste contexto, a Administração irá propor retenção dos Lucros, impossibilitando assim o pagamento de Dividendos, PLR a empregados e RVA para dirigentes. Diante desse fato foi provisionado 6,25% do Lucro Líquido em conformidade com a Resolução CCE nº 10, de 30/05/1995, em seu artigo 2º, parágrafo único.

VALORES (EM R\$)		
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	31/12/2016	31/12/2015
Participação dos Empregados no Lucro	3.572.955,53	28.022.129,07
Exercício Anterior	128.191,49	167.919,18
TOTAL	3.701.147,02	28.190.048,25

7.4 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao CPC 05 (R1), o valor de R\$ 411.344,52, (quatrocentos e onze mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) corresponde a limitação de 02 (dois) honorários de cada Dirigente, relativos ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB para o exercício de 2016. O quadro a seguir contempla a composição do saldo da conta:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

VALORES (EM R\$)

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração Variável Anual dos Dirigentes	411.344,52	430.722,53
Exercício Anterior	458.111,20	237.372,41
TOTAL	869.455,72	668.094,94

O saldo referente ao exercício anterior de R\$ 458.111,20 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e onze reais e vinte centavos) refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 02 (dois) exercícios subsequentes.

Em função da proposta de retenção dos Lucros de 2016, o pagamento da RVA 2016 somente poderá ocorrer após a efetivação do pagamento à União dos Dividendos Mínimos Obrigatórios.

7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 13.159.173,23 (treze milhões, cento e cinquenta e nove mil, cento e setenta e três reais e vinte e três centavos) corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

VALORES (EM R\$)

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2016	31/12/2015
IRRF - EMPREGADOS	8.267.205,57	7.176.938,06
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS	1.135.159,03	420.635,62
TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS POR ORGÃOS PÚBLICOS	3.228.729,51	123.556,24
ICMS A RECOLHER	61.168,71	94.800,63
ISS RETIDO DE TERCEIROS	70.936,86	278.720,72
ISS SOBRE MOVIMENTO ECONÔMICO	30.198,60	35.311,03
PASEP DIFERIDO	70.397,70	70.397,70
COFINS DIFERIDO	295.377,25	295.377,24
TOTAL	13.159.173,23	8.495.737,24

A variação na conta Contribuição Federal a Recolher, justifica-se pela mudança de critério adotado na implantação do SIGACTB, onde o pagamento da retenção da contribuição federal, via DARF, era na data do efetivo pagamento do fornecedor, mudando atualmente para o vencimento no 20º dia do mês subsequente ao pagamento ao fornecedor.

7.6 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

VALORES (EM R\$)

ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2016	31/12/2015
SRF - SELO FÍSICO	24.671.212,64	44.439.962,55
SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICOBÉ	26.388.682,63	181.732.188,34
DIVERSOS CLIENTES	343.058,36	535,36
TOTAL	51.402.953,63	226.172.686,25

O valor de R\$ 24.671.212,64 (vinte e quatro milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e doze reais e sessenta e quatro centavos) refere-se a recebimentos ainda não identificados, assim que forem conciliados serão faturados no exercício de 2017. O valor de R\$ 26.388.682,63 (vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) refere-se ao



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

repassa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB do programa SICOBE/SCORPIOS, ainda não identificados até o mês de agosto de 2016.

A redução no programa SCORPIOS/SICOBE na ordem de R\$ 155.343.505,71 (cento e cinquenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e cinco reais e setenta e um centavos) refere-se à descontinuidade do programa no ano de 2016, em atendimento ao Ato Declaratório Executivo – ADE – nº 075, a partir de 13 de dezembro de 2016.

7.7 – PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR

FORNECEDORES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
SICOBE E SCORPIOS	408.217.723,86	0,00
TOTAL	408.217.723,86	0,00

Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 e 4811.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu a ajuste nos códigos de DARF 4805 e 4811 para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

O ajuste procedido pela STN nos códigos de DARF 4805 e 4811 além de ocasionar a retenção dos valores arrecadados, acarretou no não envio dos arquivos gerenciais do Programa SICOBE/SCORPIOS, através do SIAFI, o que impossibilitou a reconciliação dos dados necessários para validação e consequente emissão da fatura referente ao pagamento do prestador de serviços contratado pela CMB nos meses de agosto a dezembro de 2016, ainda pendentes de pagamento ao fornecedor.

No exercício de 2016 o montante de R\$ 314.232.566,60 (Trezentos e quatorze milhões, duzentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta centavos), foi transferido da rubrica de Fornecedores Nacionais, referente aos serviços de contagem dos Selos Fiscais Inteligentes - SICOBE e SCORPIOS, para a conta Provisão para Custos e Serviços a Faturar.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

7.8 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	31/12/2016	31/12/2015
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	87.194.582,66	339.809.841,22
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	29.646.158,10	115.535.346,01
ADIÇÕES/EXLUÇÕES	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste Teste de Impairment	0,00	(401.248,82)
Provisões/Reversões p/Contingências	8.498.854,31	(767.062,97)
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	51.096.833,74	2.101.459,15
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	(83.802,58)	110.785,27
Participação do Lucro Diretoria	411.344,52	430.722,53
Provisão/Reversão Depreciação Acelerada Incentivada	241.873,08	0,00
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	34.757.164,35	(19.133.948,09)
Dividendos Recebidos	(10.354,53)	(5.632,97)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(81.878.918,09)	(285.155.392,27)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(8.454,00)	(93.296,68)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	0,00	(23.905.819,05)
TOTAL ADIÇÕES/EXCLUSÕES	13.024.540,80	(326.819.433,90)
BASE DE CÁLCULO LALUR	71.560.688,45	(15.462.444,21)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de Renda	17.012.015,73	0,00
Contribuição Social	6.022.173,77	0,00
ALÍQUOTA EFETIVA	26,42%	0,00%

Em 2016, a apuração da base para o cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social parte do Lucro antes dos Impostos e Contribuições onde foram excluídas 98,40% das receitas da CMB por terem caráter de exclusividade, além de um valor relevante de PECLD, indedutível ao FISCO, como também os valores referentes a não realização do Teste de Impairment e o cálculo da Depreciação Fiscal. Sendo assim, a alíquota efetiva do cálculo das provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social foi de 26,42% do lucro líquido do exercício.

7.9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor de R\$ 1.820.889,55 (um milhão, oitocentos e vinte mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) corresponde a outras obrigações de curto prazo com destaque para Depósitos e Cauções no valor de R\$ 893.915,85 (oitocentos e noventa e três mil, novecentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos) relativos às garantias de cumprimento dos contratos celebrados pela CMB com seus fornecedores e prestadores de serviços.

VALORES (EM R\$)

OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2016	31/12/2015
Outras Obrigações de Curto Prazo	1.820.889,95	1.606.737,84
TOTAL	1.820.889,95	1.606.737,84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

7.10 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO

Em dezembro de 2016 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 28.837,24 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos) e a menor foi de R\$ 2.332,83 (dois mil, trezentos e trinta reais e oitenta e três centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 9.140,72 (nove mil, cento e quarenta reais e setenta e dois centavos). Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.

REMUNERAÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Maior Remuneração	28.837,24	29.003,48
Remuneração Média	9.140,72	8.619,78
Menor Remuneração	2.332,83	2.666,52

NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CMB possui junto ao Banco do Brasil os seguintes empréstimos com finalidade de financiar o seu Capital de Giro:

- R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 110,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O presente contrato compreende duas parcelas iguais, sendo a primeira em 08/06/2017, no Curto Prazo e a segunda em 08/06/2018, no Não Circulante, juntamente com todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 111,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Foi antecipada amortização de uma parcela de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em agosto/2015 e outra parcela de igual valor em outubro de 2016, além da transferência para o Não Circulante da parcela a vencer em 08/06/2019, na ordem de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
- Os referidos encargos dos empréstimos são calculados por dias úteis, mensalmente, a cada data-base, levados a débito da conta vinculada, a cada semestre, no vencimento e na liquidação das dívidas.

8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 13.545.061,70 (treze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, sessenta e um reais e setenta centavos) foi constituída conforme avaliação do



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:

VALORES (EM R\$)

PROCESSOS JUDICIAIS - PROVÁVEIS	31/12/2016	31/12/2015
Contingência Trabalhista	8.747.702,19	4.941.458,02
Contingência Cível	4.797.359,51	104.749,37
TOTAL	13.545.061,70	5.046.207,39

O saldo das contingências passivas demonstradas no quadro abaixo foi classificado pelo Departamento Jurídico como sendo possível a saída de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2016, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

VALORES (EM R\$)

PROCESSOS JUDICIAIS - POSSÍVEIS	31/12/2016	31/12/2015
Contingência Trabalhista	933.000,00	137.850,92
Contingência Cível	42.259.554,74	14.321.496,64
TOTAL	43.192.554,74	14.459.347,56

Em atendimento a NBCTG 25 segue os principais processos judiciais classificados como possível de perda:

VALORES (EM R\$)

PROCESSOS JUDICIAIS - POSSÍVEIS	PARTES	VALOR DA CAUSA
0130120-46.1992.4.02.5101 (10ª Vara Federal do Rio de Janeiro)	Autor: Creche Amor Perfeito Réu: Casa da Moeda do Brasil	9.777.277,38
0009807-96.2016.403.6100 (11ª Vara Federal de São Paulo)	Autor: Newage Indústria de Bebidas Ltda Réu: Casa da Moeda do Brasil	5.043.450,75
0026996-84.2016.4.01.3500 (2ª Vara Federal de Goiás)	Autor: Rinco Ind. Com. de Prod. Alim. Ltda Réu: Casa da Moeda do Brasil	18.994.273,54
0805769-11.2015.4.05800 (4ª Vara Federal de Alagoas)	Autor: Crystal Águas do Nordeste Ltda Réu: Casa da Moeda do Brasil	4.934.791,08

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Diretoria Executiva em observância ao disposto nos Incisos III e XIII do art. 13 c/c os arts. 18, inciso I, e art. 36 do Estatuto Social da Casa da Moeda do Brasil encaminhou proposta de destinação do Resultado do Exercício de 2016 à apreciação para deliberação e aprovação do Conselho de Administração, a saber:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

VALORES (EM R\$)

DESTINAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2016	31/12/2015
1 - Lucro Líquido do Exercício	60.176.093,11	311.356.989,62
2 - Reserva Legal Constituída	(3.008.804,66)	(15.567.849,48)
3 - Base de Cálculo para os Dividendos	57.167.288,46	295.789.140,14
4 - Remuneração a pagar à União	14.291.822,11	112.991.451,53
4.1 - Dividendos a Pagar - Mínimo Legal	14.291.822,11	73.947.285,03
4.2 – Remuneração Adicional Proposto	0,00	39.044.166,50
5 - Reserva para Investimento	42.875.466,34	182.797.688,61

A destinação do resultado do exercício realizou-se em conformidade com a Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 08 (R1).

A proposta de retenção da destinação de Dividendos à União relativos ao exercício de 2016, no montante de R\$14.291.822,11(quatorze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos), correspondendo a parcela obrigatória de 25,0% do lucro líquido do exercício de 2016 depois de deduzida a reserva legal de 5,0%, visto que o resultado econômico de 2016 está incompatível com a projeção de fluxo de caixa da CMB para o exercício de 2017.

A apresentação da proposta de retenção da destinação de Dividendos à União relativos ao exercício de 2016 atende às disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/76 e suas alterações.

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R\$ 1.360.677.814,09 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e nove centavos), pertencente integralmente à União.

VALORES (EM R\$)

CAPITAL	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
TOTAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09

NOTA 11 – RESERVAS

11.1 – RESERVAS DE LUCRO

11.1.1 – RESERVA LEGAL

Ao encerramento do exercício de 2016 foram destinados obrigatoriamente 5% (cinco por cento) do lucro líquido à Reserva Legal, cujo valor constituído foi de R\$ 3.008.804,66 (três milhões, oito mil, oitocentos e quatro reais e sessenta e seis centavos), conforme prevê o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976.

VALORES (EM R\$)

RESERVA DE LUCRO	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Legal	18.576.654,14	15.567.849,48
TOTAL	18.576.654,14	15.567.849,48



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

11.1.2 – RESERVA PARA INVESTIMENTO

Ao encerramento do exercício de 2016 foi destinado para a Reserva de Investimento o valor R\$ 42.875.466,34 (quarenta e dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos) cuja finalidade é atender ao Orçamento de Capital de 2017 a ser aprovado pelos Conselhos de Administração e Fiscal, com base nos Orçamentos de Investimentos que compõem o Plano Plurianual da CMB de 2016 a 2019, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/1976.

	VALORES (EM R\$)	
RESERVA DE LUCRO	31/12/2016	31/12/2015
Reserva para Investimento	809.863.466,32	766.987.999,98
TOTAL	809.863.466,32	766.987.999,98

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

12.1 – RECEITA BRUTA OPERACIONAL

	VALORES (EM R\$)	
COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA	31/12/2016	31/12/2015
Produtos Monopolizados	525.286.498,49	528.502.515,54
Produtos não Monopolizados	4.136.217,68	13.587.436,96
Serviços Monopolizados	1.858.478.251,91	1.855.154.625,68
Serviços não Monopolizados	20.734.329,22	13.669.320,83
Outras Vendas	208.115,50	591.508,36
IPI Contido no Faturamento Bruto	(387.259,29)	(505.430,41)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.408.456.153,51	2.410.999.976,96

A redução da Receita Bruta de 2016 justifica-se pela retenção de 30% referente à DRU nas receitas advindas dos Programas SICOBE/SCORPIOS, na ordem de R\$ 187.339.604,32 (cento e oitenta e sete milhões, trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e quatro reais e trinta e dois centavos).

12.2 – LUCRO BRUTO OPERACIONAL

	VALORES (EM R\$)	
DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS	31/12/2016	31/12/2015
Devolução de Vendas	(308.393,20)	(243.325,12)
ICMS	(1.265.633,78)	(2.417.643,63)
ISS	(1.013.424,82)	(431.987,40)
PASEP	(396.370,11)	(191.043,85)
COFINS	(1.829.326,96)	(879.959,53)
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(1.866.667.831,89)	(1.625.834.072,90)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	536.975.172,75	781.001.944,53

A redução do Lucro Bruto Operacional de 2016 justifica-se pela retenção de 30% referente à DRU nas receitas advindas dos Programas SICOBE/SCORPIOS, na ordem de R\$ 187.339.604,32 (cento e oitenta e sete milhões, trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e quatro reais e trinta e dois



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

centavos), aliado à constituição de provisão de custos na ordem de 100% das contagens de agosto a dezembro de 2016.

12.3 - DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com Pessoal	(332.500.804,07)	(326.025.356,97)
Despesas com Insumos	(4.532.225,66)	(11.034.357,08)
Despesas com Serviços	(76.370.379,06)	(125.852.861,75)
Despesas de Depreciação e Amortização	(16.143.662,02)	(23.093.441,89)
Outras Despesas Administrativas	(12.396.822,24)	(11.498.637,45)
Despesas Comerciais	(732.560,83)	(645.237,28)
Despesas Tributárias	(3.869.897,37)	(2.492.451,72)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(49.867.638,61)	1.521.411,60
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(496.413.989,86)	(499.120.932,54)

Em virtude da implementação do módulo contábil de um novo sistema integrado, alterando a utilização da modalidade do SIAFI Total para o SIAFI Parcial no exercício de 2016 ficou prejudicada a comparabilidade das contas contábeis de resultado, com o Plano de Contas (PCASP) do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado anteriormente, principalmente a composição das contas de despesas em relação ao exercício de 2015, em decorrência de aglutinação de várias contas contábeis de mesma natureza, ficando restrita a análise gerencial dessas contas.

A rubrica Outras Despesas (Receitas) Operacionais sofreu o efeito das constituições e reversões de provisões para crédito de liquidação duvidosa de clientes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

12.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2016	31/12/2015
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	65.741.699,54	40.004.194,28
Juros sobre Créditos Tributários	21.322.962,35	25.999.635,18
Atualizações Monetárias	3.326.328,63	2.826.438,27
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	4.740.324,38	1.861.431,67
Juros sobre Créditos a Receber	16.230,00	1.302.357,16
Receita de Dividendos	10.354,53	5.632,97
Outras Receitas Financeiras	417.491,77	2.311.792,19
RECEITAS FINANCEIRAS	95.575.391,20	74.311.481,72
Encargos Financeiros sobre Previdência Complementar	(2.450.880,35)	(3.669.704,12)
Despesas Financeiras	(353.000,56)	0,00
Variação Cambial sobre Fornecedores no Exterior	(3.367.962,73)	(2.952.063,32)
Juros e Encargos Financeiros sobre Dívida Contraída	(28.659.054,36)	(32.189.403,42)
Atualização Monetária sobre Dividendos à União	(8.870.390,93)	(4.901.552,67)
Outras Despesas Financeiras	(3.187.246,59)	(1.122.780,56)
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	(6.037.755,96)	0,00
DESPESAS FINANCEIRAS	(52.926.291,48)	(44.835.504,09)
RESULTADO FINANCEIRO	42.649.099,72	29.475.977,63

Destacam-se do Resultado Financeiro Líquido, o crescimento dos Rendimentos sobre Aplicação Financeira resultado de juros auferidos das aplicações no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extra Mercado Comum IRFM.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O fato excepcional ocorrido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a constituição da Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos, com fulcro nas disposições disciplinadas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6404/76 e suas alterações, originadas pela decisão da Administração na Retenção dos Lucros.

NOTA 14 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13.12.2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

15.1 Plano previdenciário e outros benefícios a empregados

15.1.1 Da Controladora

15.1.1.1 Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PBDC), cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contra partida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

- Complementação de Aposentadoria por Invalidez
- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)
- Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)
- Complementação de Aposentadoria Especial
- Benefício de Pensão
- Benefício de Abono Anual
- Suplementação de Auxílio-Doença



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo
- Resgate de Contribuições
- Benefício Proporcional Diferido
- Auto patrocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Fazenda.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2016, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 438.736.413,15 (quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e trinta e seis mil, quatrocentos e treze reais e quinze centavos). Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 325.392.059,00 (trezentos e vinte e cinco milhões, trezentos e noventa e dois mil e cinquenta e nove reais), revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 113.344.354,15 (cento e treze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos) e de acordo com o Artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, e o Artigo 29 da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, que regulamentam o equacionamento do déficit entre o patrocinador e os participantes e assistidos pelo Plano em proporções iguais. Desta forma, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

- a) Taxa de Juros de Longo Prazo



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

Ano	Valor Projetado R\$	Valor Presente R\$	NTN-B
2017	18.879.047,63	17.730.467,92	1,0648
2018	19.267.084,44	17.150.872,43	1,0599
2019	19.724.739,13	16.584.729,21	1,0595
2020	19.983.274,51	15.830.357,42	1,0600
2021	19.569.083,10	14.601.173,42	1,0603
2022	19.409.051,54	13.636.238,12	1,0606
2023	19.415.988,98	12.883.700,94	1,0603
2024	19.327.051,76	12.144.350,37	1,0598
2025	19.243.581,91	11.409.606,75	1,0598
2026	19.237.878,28	10.741.621,38	1,0600
2027	18.843.184,87	9.925.633,69	1,0600
2028	18.245.523,65	9.066.747,76	1,0600
2029	16.819.469,18	7.884.946,55	1,0600
2030	16.497.635,84	7.440.173,51	1,0585
2031	16.157.447,48	6.883.849,12	1,0585
2032	14.975.957,06	6.027.683,15	1,0585
2033	14.566.062,69	5.538.539,32	1,0585
2034	14.025.143,95	5.037.993,88	1,0585
2035	12.246.556,87	4.115.567,85	1,0591
2036	11.719.025,76	3.718.619,86	1,0591
2037	18.879.047,63	17.730.467,92	1,0648



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

Ano	R\$	R\$	NTN-B
2038	11.111.910,78	3.329.304,64	1,0591
2039	10.245.184,81	2.898.405,20	1,0591
2040	9.328.061,85	2.491.754,40	1,0591
2041	8.048.995,88	2.055.953,58	1,0585
2042	5.519.349,17	1.331.871,89	1,0585
2043	846.159,02	192.898,81	1,0585
2044	644.652,47	138.837,31	1,0585
2045	472.115,81	96.057,68	1,0585
2046	338.112,45	64.127,25	1,0590
2047	276.553,05	49.529,36	1,0590
2048	236.909,00	40.065,32	1,0590
2049	216.295,40	34.541,18	1,0590
2050	179.469,37	27.063,44	1,0590
2051	154.705,05	22.174,75	1,0588
2052	105.030,35	14.218,57	1,0588
2053	88.734,51	11.345,42	1,0588
2054	80.994,14	9.780,67	1,0588
2055	63.254,23	7.214,25	1,0588
2056	55.712,89	6.089,93	1,0584
Total	396.164.988,87	221.174.106,29	1,0595

b) Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 4,80% para 2017, conforme indicação do Banco Central do Brasil através de seu Boletim Focus.

c) Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de reajuste salarial da Patrocinadora, bem como pela análise das taxas utilizadas pelo mercado, principalmente por empresas estatais patrocinadoras de planos de previdência, o que resultou em uma taxa anual de 2%.

d) Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

e) Tábuas Biométricas

As massas populacionais vinculadas aos programas de benefícios pós-emprego da CMB foram testadas através de “teste de aderência” e demonstraram índices de sobrevivência compatíveis com a tábua AT-83, pelo histórico dos últimos anos avaliados. Pelos mesmos critérios foram utilizadas as tábuas Álvaro Vindas, para entrada em invalidez e Winkelevoss desagravada em 30% para a mortalidade de inválidos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

f) Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 4,8% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,98.

g) Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

- Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%
- Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido:

Participantes em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de empresa (anos)	Salário médio (R\$)
34-38 anos	3	37,35	15,93	4.472,52
39-43 anos	5	41,94	18,73	8.263,94
44-48 anos	17	47,56	25,82	7.799,14
49-53 anos	65	51,71	28,36	8.932,93
54-58 anos	126	56,93	33,24	9.290,23
59-63 anos	147	61,40	36,62	9.566,56
64-68 anos	44	66,23	37,50	9.745,73
69-73 anos	15	70,25	41,80	9.961,94
Total Geral	422	58,43	33,82	9.295,76
Ano 2015	438	57,48	32,84	8.701,06

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (R\$)
41-45 anos	2	45,72	373,28
46-50 anos	8	48,18	491,31
51-55 anos	17	53,44	435,23
56-60 anos	75	59,03	1.920,13
61-65 anos	176	63,81	1.737,82
66-70 anos	166	68,28	1.880,32
71-75 anos	77	73,47	3.157,17
76-80 anos	34	78,06	4.372,30
81-85 anos	15	83,08	1.972,29
86-90 anos	16	88,72	1.558,12
Acima de 91 anos	5	92,89	2.912,65
Total Geral	580	68,04	2.334,92
Ano 2015	591	67,38	2.089,53



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
0-18 anos	3	12,75	1.500,93
19-23 anos	1	21,93	379,22
29-33 anos	1	29,53	310,27
39-43 anos	3	43,03	1.213,38
44-48 anos	6	47,23	1.534,60
49-53 anos	16	51,87	1.056,48
54-58 anos	22	56,84	1.206,23
59-63 anos	44	61,94	1.896,30
64-68 anos	35	66,56	1.663,84
69-73 anos	29	71,42	2.715,92
74-78 anos	17	76,81	2.539,36
79-83 anos	17	81,59	1.691,66
84-88 anos	36	86,21	969,73
89 anos ou mais	14	92,59	2.168,80
Total Geral	244	68,86	1.717,69
Ano 2015	247	67,72	1.558,69

Movimentação das obrigações e ativos financeiros do valor justo dos ativos do plano			
Item	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Obrigações no início do exercício	510.420.312,00	434.104.103,33	438.736.413,15
Custo do serviço corrente	8.807.342,00	6.863.076,14	4.905.986,22
Juros sobre a obrigação atuarial	66.419.804,95	57.647.955,59	46.333.779,43
(Ganhos)/Perdas atuariais	(129.187.444,76)	(36.015.909,38)	0,00
(-) Benefícios pagos no ano	(22.355.910,86)	(23.862.812,53)	(18.879.047,63)
Obrigações no final do exercício	434.104.103,33	438.736.413,15	471.097.131,16
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	252.587.872,00	272.171.855,73	325.392.059,00
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	32.935.841,95	36.892.958,68	35.702.252,46
Contribuições patronais normais	8.442.616,00	7.363.397,68	7.871.177,59
Contribuições normais participantes	7.867.281,24	8.545.425,15	9.134.717,67
(-) Benefícios pagos	(22.355.910,86)	(23.862.812,53)	(18.879.047,63)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	(7.305.844,60)	24.281.234,29	0,00
Ativos financeiros no final do exercício	272.171.855,73	325.392.059,00	359.221.159,08
(Déficit)/Superávit apurado	(161.932.247,60)	(113.344.354,15)	(111.875.972,08)
Risk Sharing	80.966.123,80	56.672.177,07	55.937.986,04
Contrato de dívida	20.329.027,48	14.991.946,04	6.776.342,52
Passivo ao final do exercício	(60.637.096,32)	(41.680.231,03)	(49.161.643,52)



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

Composição dos ativos financeiros marcados à mercado				
Composição da Carteira	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Fundos de investimento	255.658.565,00	79%	250.635.054,98	92%
Ações	36.434.298,00	11%	0,00	0%
Investimentos Imobiliários	12.113.709,00	4%	10.864.486,78	4%
Empréstimos e Financiamentos	10.701.912,00	3%	10.618.480,35	4%
Outros	80.142,19	0%	79.079,54	0%
Disponível	9.423,04	0%	952,40	0%
Outras exigibilidades (-)	(867,35)	0%	(26.198,32)	0%
Ajuste a mercado	10.394.877,13	3%	0,00	0%
Ativo Líquido	325.392.059,00	100%	272.171.855,73	100%

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA	
Saldos	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(3.775.356,68)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano	(39.211.540,65)
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações	(18.007.954,69)
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros	(12.140.617,14)
50% do Custo do ano	(10.127.337,68)
50% da contribuição dos participantes	(4.272.712,58)
Variação do contrato de dívida	5.337.081,44
Saldo no final do ano	(42.986.897,33)

Movimentação do passivo atuarial líquido	31/12/2016
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do Exercício	60.637.096,32
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado	(39.211.540,65)
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício	20.254.675,37
Custo do serviço corrente	6.863.076,14
Juros sobre a obrigação atuarial	57.647.955,59
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos	(36.892.958,68)
(-) Contribuições normais do patrocinador	(7.363.397,68)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	41.680.231,03
Reversão em DRE da parcela devida pelos participantes do plano	(10.127.337,68)
Passivo atuarial líquido no final do exercício - parte Patrocinador	31.552.893,35
Ajuste de despesa já reconhecido em 2016	591.013,73



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016

Composição dos (ganhos)/perdas do exercício	
Item	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	53.930.977,30
Rentabilidade financeira do exercício	(24.281.234,29)
Redução da massa populacional	(60.637.644,88)
Ajustes de experiência	(8.223.638,79)
(Ganho)/Perda ao final do exercício	(39.211.540,65)

Composição do Passivo - Obrigações com Entidade de Previdência Privada	
Passivo Circulante	7.667.612,52
Obrigações Com Entidade de Previdência	7.667.612,52
Contrato de Dívida	7.667.612,52
Passivo Não Circulante	38.877.226,87
Obrigações Com Entidade de Previdência	38.877.226,87
Contrato de Dívida	7.324.333,52
Resultado de Avaliação Atuarial	31.552.893,35
TOTAL DO PASSIVO	46.544.839,39

Projeção dos Custos para 2017

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas	
Item	31/12/2017 (em R\$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	48.417.195,61
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(2.083.416,18)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	46.333.779,43

Rentabilidade esperada para o próximo exercício	
Item	31/12/2017 (em R\$)
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	35.908.966,06
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	1.876.702,58
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(2.083.416,18)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	35.702.252,46

Receita/(despesa) projetada para 31/12/2017	
Item	31/12/2017 (em R\$)
Custo do serviço corrente	4.905.986,22
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	46.333.779,43
(-) Contribuições esperadas de participantes	(9.134.717,67)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(35.702.252,46)
Total da despesa/(receita) apurada	6.402.795,52
Risk Sharing	(3.201.397,76)
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	3.201.397,76



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

Teste de sensibilidade das hipóteses

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	438.736.413,15	0%
Aumento (1%)	383.514.977,46	-13%
Redução (1%)	498.835.553,66	14%

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	438.736.413,15	0%
Aumento (1%)	446.841.906,05	2%
Redução (1%)	430.994.736,99	-2%

15.1.1.2. Resultados apurados

Mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, a Casa da Moeda do Brasil optou por descontar do déficit total apurado a parcela correspondente aos participantes, reduzindo o passivo total em 50%, conforme demonstrado no quadro “Movimentação das Obrigações e Ativos Financeiros”, linha Risk Sharing, no montante de R\$ 56.672.177,07 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e setenta e dois mil, cento e setenta e sete reais e sete centavos);

Como consequência da paridade adotada, o saldo de Outros Resultados Abrangentes (ORA) foi calculado descontando-se 50% dos ganhos e perdas apurados no exercício, atribuídos aos participantes. Essa contabilização está demonstrada no item 6.3 e 6.5 deste Relatório.

O custo projetado para 2017, em consonância com a prática adotada pela empresa, também exclui a parcela de equacionamento do déficit de responsabilidade dos participantes do plano.

NOTA 16 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido CIFRÃO (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

A data prevista originalmente para a conclusão TAC se encerrou no dia 11 de junho de 2016, conforme disposto no item 22 do cronograma original. A partir da demora verificada nas análises realizadas pelos órgãos de supervisão e controle da patrocinadora, no caso o Ministério da Fazenda



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

(MF) e a atual Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais (SEST), houve a necessidade de reprogramação das atividades, sendo que a nova data prevista para sua conclusão é 08/01/2018.

Ressalte-se que a Diretoria Executiva da CIFRÃO, por meio do Ofício nº 012/2015, de 14 de setembro de 2015, obteve junto à PREVIC a suspensão da contagem dos prazos, Ofício nº 130/ERRJ/PREVIC, de 25 de setembro de 2015, até que os órgãos de supervisão e controle pudessem emitir seus respectivos pareceres.

Desta forma, no dia 1º de junho de 2016, com atraso de 370 (trezentos e setenta) dias, a CIFRÃO de posse das manifestações do MF e da SEST, pode finalizar as etapas 10 e 11 do cronograma, reprogramando as demais ações conforme exposto no cronograma abaixo:

Item	Descrição da Etapa/Atividade	Responsável	Prazo Previsto	Novo Prazo
11	Providências do patrocinador para envio do processo e obtenção de resposta junto ao seu órgão de supervisão	CMB /MF /DEST	18/12/2014	01/06/2016
12	Comunicado aos participantes e assistidos do processo	CIFRÃO	19/01/2015	24/03/2017
13	Montagem do dossiê para o envio do pedido de aprovação para a PREVIC	CIFRÃO	29/01/2015	24/03/2017
14	Análise do processo pela PREVIC	PREVIC	20/03/2015	13/05/2017
15	Implantação do processo de migração após aprovação pela PREVIC			
16	Elaboração dos termos individuais	CIFRÃO	19/04/2015	12/06/2017
17	Criação de simulador	CIFRÃO	19/04/2015	12/06/2017
18	Campanha de divulgação	CIFRÃO	18/06/2015	11/08/2017
19	Período de opção dos participantes	CIFRÃO	17/08/2015	10/10/2017
20	Implantação operacional da opção	CIFRÃO	16/09/2015	09/11/2017
21	Levantamento de dados após o fim do processo migratório para fins de Avaliação Atuarial dos planos	CIFRÃO	16/10/2015	09/12/2017
22	Estudo apurando os resultados da migração e ajustes do custeio do PBDC para participantes e assistidos remanescentes	CIFRÃO	15/11/2015	08/01/2018

Cabe informar que existe a recomendação da Auditoria Externa, Maciel Auditores, para que a Casa da Moeda do Brasil efetivamente implemente o plano de amortização conforme estipulado pelo TAC, bem como que verifique periodicamente a aderência efetiva das novas premissas atuariais adotadas haja vista o expressivo ganho atuarial conquistado.

NOTA 17 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) a CMB e com base na análise da ASSISTANTS, apurou o saldo de R\$ 42.986.897,33 (quarenta e dois milhões, novecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e três centavos) como Outros Resultados Abrangentes referente ao superávit apurado na CIFRÃO, valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) apresentado nesta nota.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2016

NOTA 18 – EVENTO SUBSEQUENTE

A CMB recebeu um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB por meio do Processo 10166-722.980/2014-70, onde foi negado o direito de creditamento dos saldos credores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, advindos de aquisição de insumos de produtos exclusivos, principalmente dos Programas SICOBE/SCORPIOS, cujas receitas são isentas de contribuições, em função da imunidade tributária recíproca de que trata o artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal e por força da obrigatória vinculação da pessoa jurídica referenciada ao regime cumulativo, conforme determinam o artigo 10, inciso IV da Lei 10.833/2003, e o artigo 8º, inciso IV da Lei 10.637/02, no período de apuração de 01/04/2008 a 31/12/2011.

Durante esse período de apuração os produtos monopolizados não estavam abrangidos pela imunidade a impostos e gozavam de isenção prevista com base na Lei 5.895/73, Lei de Criação da Casa da Moeda.

Após julgado improcedente, a defesa da CMB apresentou recurso ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais – CARF, que também não reconheceu o direito creditório, por considerar que a CMB deveria calcular o PIS/PASEP e COFINS sob o regime cumulativo, o qual não prevê a tomada de crédito.

Deste modo a Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB indeferiu todos os pedidos de ressarcimento apresentados pela CMB no período de 01/04/2008 a 31/12/2011, perfazendo um total de 24 PERD’SCOMP, num montante de R\$ 195.854.950,20 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e vinte centavos) .

Mesmo cabendo ainda Recurso Especial no CARF, a CMB começará a estudar a possibilidade de mudança no regime de tributação em prática, visando adequação a decisão proferida pelo CARF.

A Casa da Moeda do Brasil ainda está em negociações com o Banco Central do Brasil para firmar o contrato de fornecimento de cédulas e moedas para o exercício de 2017. Do mesmo modo, continuam as tratativas com o Departamento de Polícia Federal para formalização de novo contrato para fornecimento de carteira de passaporte.

NOTA 19 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 323 anos de existência, 100% pública, mas independente do Orçamento Geral da União, que vem há 15 anos consecutivos apresentando lucro. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2016**

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2016.

ALEXANDRE BORGES CABRAL
PRESIDENTE
CPF Nº 213.810.973-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO
DIRETOR DE
GESTÃO
CPF Nº 473.420.481-00

LARA CARACCILO AMORELLI
DIRETORA DE
PASSAPORTES E IMPRESSOS
CPF Nº 973.066.737-34

ROBERTO ALFREDO PAULO
DIRETOR DE
SELOS
CPF Nº 724.197.417-49

JEHOVAH DE ARAÚJO SILVA JR
DIRETOR DE
CÉDULAS E MOEDAS
CPF Nº 814.513.507-91

MARCOS PAULO MARTINS DOS SANTOS
CONTADOR
CPF: 042.969.697-30
CRC - RJ: 089901/O-9